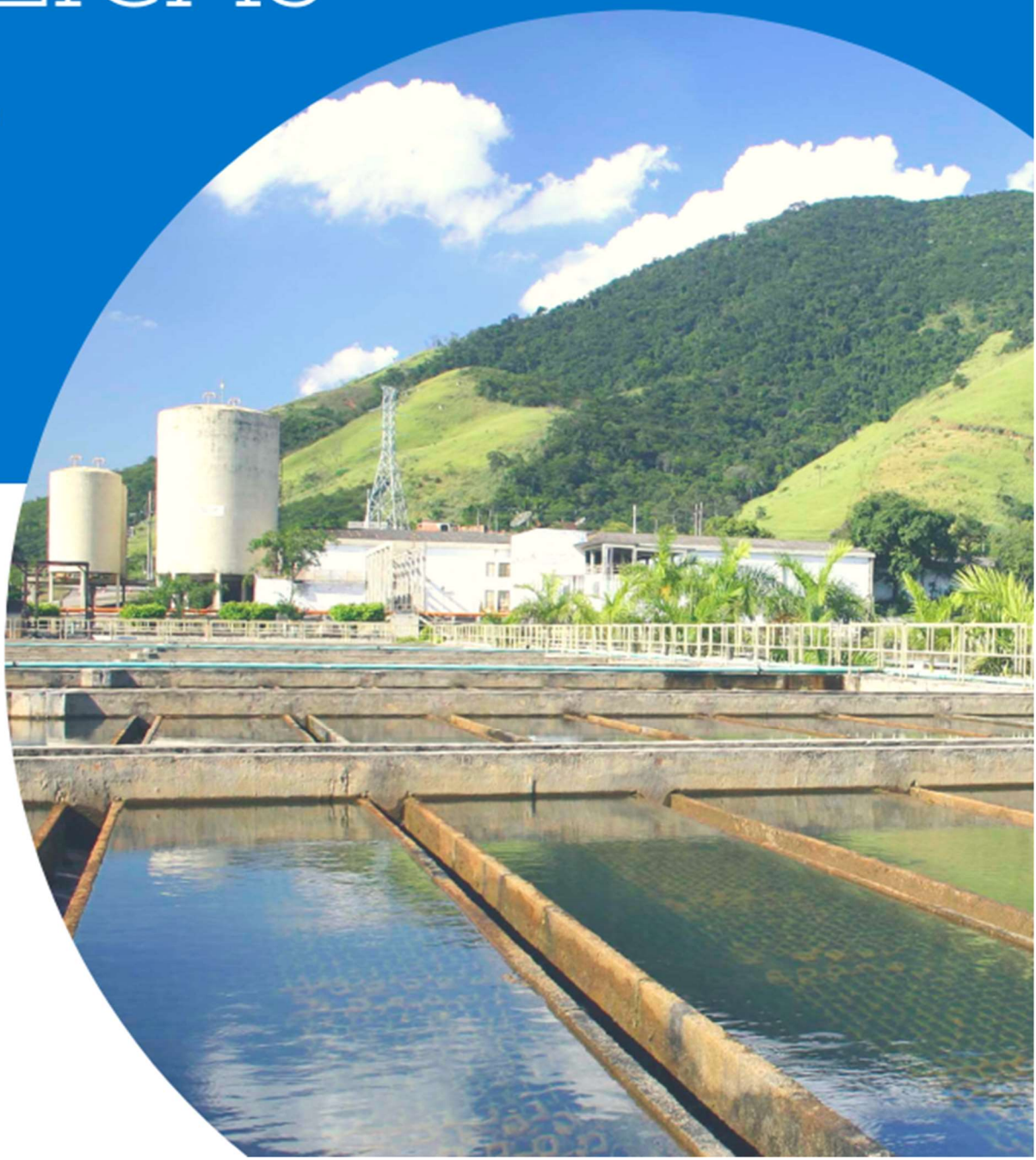


CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS 2018





Sumário

Identificação Geral	3
Governança Corporativa e Políticas Públicas.....	4
1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais.....	5
2. Composição Acionária.....	5
3. Nossas Atividades.....	6
3.1. Programa de Obras.....	7
3.2. Recursos para Custeio das Políticas Públicas	7
4. Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos	8
4.1. Controles Internos e Gestão de Riscos	9
4.2. Compliance.....	9
4.2.1. Programa de Compliance.....	10
5. Fatores de Risco.....	11
6. Desempenho Operacional	14
7. Desempenho Financeiro	15
8. Políticas e Práticas de Governança Corporativas.....	16
8.1. Governança Corporativa da CEDAE.....	17
8.2. Avaliação da Administração.....	20
8.3. Política de Remuneração	20



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

Identificação Geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Cia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE referente ao exercício social de 2018.

CNPJ	33.352.394/0001-04
Sede	Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador	Estado do Rio de Janeiro
Tipo Societário	Sociedade por Ações
Tipo de Capital	Aberto
Abrangência de Atuação	Estadual
Assessor de Mercado de Capitais	Renato Prates Rodrigues
Auditores Independentes atuais da empresa	Ernst & Young Auditores Independentes Edmundo José Rodrigues Neto Joseph J. M. Reiner Hélio Cabral Moreira Renato Prates Rodrigues
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual	Thereza Cristina Nogueira e Aquino Durval Soledade Santos Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa José Saba Filho Paulo Gustavo Maiurino Sérgio Luiz Barbosa Neves Paulo César Saldanha da Gama Ripper Nogueira
Diretores	Hélio Cabral Moreira – Diretor Presidente José Pinheiro Filho José Bandeira de Mello Júnior Carlos Henrique Coelho Braz Alexandre Bianchini José Saba Filho



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

Governança Corporativa e Políticas Públicas

Prezados senhores,

Apresentamos a Carta Anual de Governança e Políticas Públicas da CEDAE. A companhia teve importante aprimoramento em sua Governança sendo hoje benchmarking para as empresas do Estado. A CEDAE já está integralmente em conformidade com a nova Lei Federal das Estatais, de forma clara e transparente.

Na auditoria de seus indicadores e atividades, a empresa possui, além do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Ética e Canal de Ética independente. Com isso, a CEDAE vem avançando nas boas práticas de Governança Corporativa estimulando para toda a Companhia o uso de instrumentos efetivos de governança, como Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e *Compliance*.

O caminho em 2019 será de desafios, mas os obstáculos serão vencidos com trabalho e determinação de uma gestão eficiente. A CEDAE avançará como empresa, sempre tendo em vista a excelência na prestação de serviços de saneamento básico dentro de sua área de atendimento e objetivando proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.



1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

A CEDAE, sociedade de economia mista, criada pelo Decreto-Lei Estadual n.º 39, de 24 de março de 1975, tem como objetos em seu Estatuto Social explorar atividades econômicas relacionadas ao saneamento básico e à saúde da população, serviços com interesse no desenvolvimento socioeconômico da empresa e do Estado do Rio de Janeiro entre outros.

A empresa, respaldada pelo interesse coletivo que justificou sua criação, também atua como braço do governo estadual na implementação de programas de governo que visam ao desenvolvimento e aprimoramento do saneamento básico do Estado do Rio de Janeiro.

A CEDAE tem como meta avançar e fazer os investimentos necessários à concretização do compromisso junto à sociedade e em busca do objetivo principal de melhorar o abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A empresa ainda continua com suas ações de Redução de Perdas, campanhas de educação ambiental e conscientização do uso racional da água e obras de melhorias nas captações com o objetivo de melhorar a segurança operacional e se preparar para possíveis futuras secas.

2. Composição Acionária

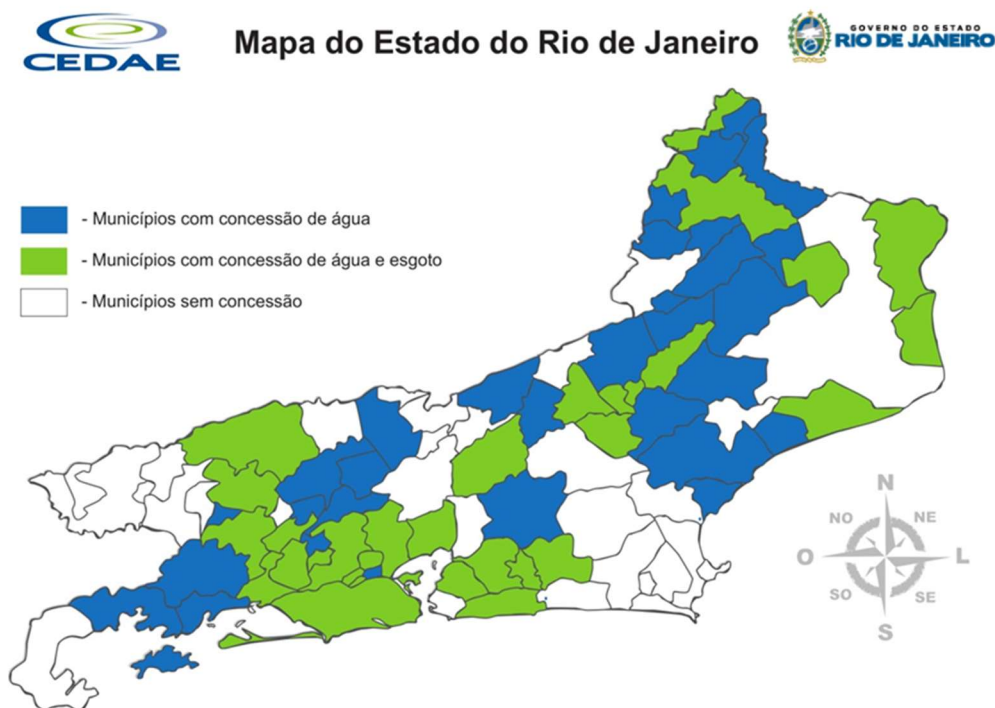
Atualmente temos 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações, e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.



3. Nossas Atividades

A CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro, tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Rio de Janeiro e presta serviços de fornecimento de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgotos.

Responsável por aproximadamente 77% de nossa Receita Bruta, o município do Rio de Janeiro, é o 2º maior PIB do Brasil, conforme dados mais recentes do IBGE. O Contrato de Programa do Município do Rio de Janeiro foi assinado em 2007 e prevê a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo período de 50 anos, prorrogáveis por mais 50 anos, observadas as condições contratuais. Nossos demais Contratos de Programa possuem prazos médios de vigência de 30 anos, com renovação automática por mais 30.





3.1. Programa de Obras

A Cedae com objetivo do aumento da cobertura e qualidade dos serviços prestados à população fluminense e à diminuição do volume de perdas de água vem realizando uma série de obras em todo o estado do Rio de Janeiro onde cabe destacar as obras da Baixada Fluminense que visam a universalizar o abastecimento de água da região.

Iniciado no segundo semestre de 2015, o maior pacote de obras de ampliação da oferta de água na Baixada Fluminense realizado pela Cedae está em adiantado estágio em muitos municípios, com troncos assentados e outras intervenções. As obras, que representam investimento da ordem de R\$ 3,4 bilhões, mudarão a realidade daquela região, com instalação de elevatórias, construção de reservatórios e assentamento de redes e adutoras.

As obras do Programa de Abastecimento de Água para a Baixada Fluminense estão em andamento nos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Nilópolis e Nova Iguaçu. O programa Novo Guandu prevê a construção de uma nova estação de tratamento de água (ETA), com produção de 12 mil litros por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também serão utilizados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios, e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

3.2. Recursos para Custeio das Políticas Públicas

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a captação de uma operação de crédito de R\$ 3.037.500.000,00, referente a três tranches, que será utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

Além dessa captação, há outros empréstimos com a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para Financiar projetos de melhorias e ampliação das redes de água e esgoto.

A Companhia também promoveu em anos anteriores emissões para captação de recursos no mercado de capitais.

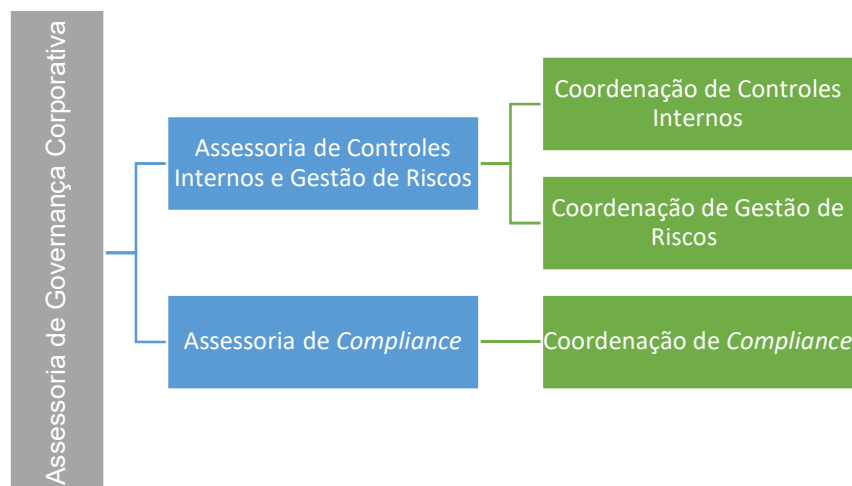
4. Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos

Os controles internos e a gestão de riscos na CEDAE são realizados por toda as unidades organizacionais da Companhia, formada por três linhas:

1ª LINHA	2ª LINHA	3ª LINHA
Proprietários/ Gestores de Riscos	Controle de Risco e Conformidade	Avaliação de Riscos
Gerências Operacionais	Assessoria de Governança Corporativa	Auditoria Interna

A Assessoria de Governança Corporativa – AGO-DP, segunda linha, possui as funções de gerenciamento de risco e conformidade, trabalhando em conjunto com a primeira linha com a finalidade de garantir que os riscos sejam identificados, avaliados e reportados corretamente.

A AGO-DP é constituída pela Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos – ACI-AGO e Assessoria de *Compliance* – AAC-AGO.





4.1. Controles Internos e Gestão de Riscos

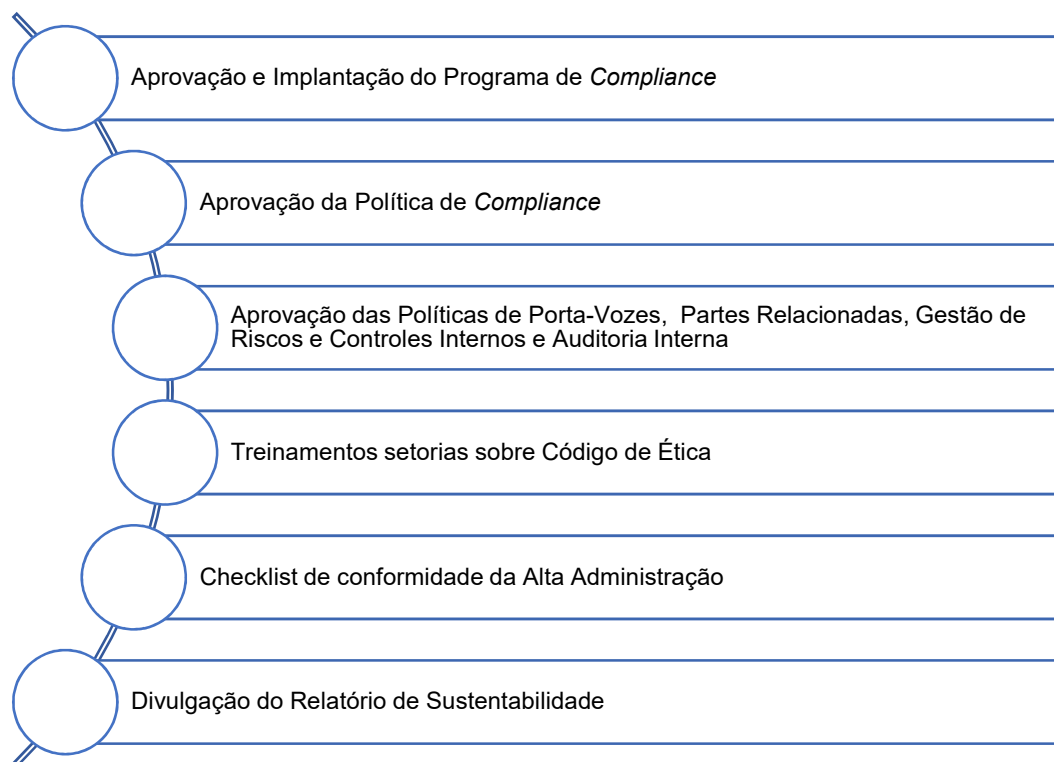
A Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos – ACI-AGO auxilia no mapeamento dos processos, revisão dos controles e atualização dos riscos aos quais a Companhia possa estar exposta. Tais riscos são submetidos a validação e monitoramento do Conselho de Administração, através do mapa de riscos e do planejamento anual da área.

No último ano, além de emitir os Relatórios de melhorias junto as áreas previstas no planejamento anual e do monitoramento dos planos de ação do Relatório de Recomendações elaborado pela Auditoria Externa, a ACI-AGO elaborou a Política de Controles Internos e Gestão de Riscos que além de definir as responsabilidades e os princípios que norteiam as ações de gestão de riscos na CEDAE, serve de guia para a identificação de riscos nas diversas atividades da Companhia, explicitando as oito principais categorias de riscos, de acordo com as estratégias.

Categorias de Riscos
Operacional
Financeiro
Jurídico
Comercial
Ambiental
Imagem
Regulatório/Conformidade
Tecnologia da Informação

4.2. Compliance

A Assessoria de *Compliance* – AAC-AGO é responsável por acompanhar o cumprimento de leis, regulamentos, políticas, normas e procedimentos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio. Em 2018, esta assessoria realizou inúmeras atividades, tais como:



4.2.1. Programa de Compliance

O Programa de *Compliance*, aprovado pelo Conselho de Administração em julho de 2018, é um instrumento de apoio à gestão, que pode ajudar a alcançar com mais rapidez e segurança os objetivos finais estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia.

Dentro do Programa de *Compliance* ressaltamos o Código de Ética e Conduta. O Código em questão aplica-se a todos os empregados do quadro próprio e do quadro de extraquadros, prestadores de serviço e demais colaboradores pertencentes a todos os níveis hierárquicos, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam o negócio da CEDAE, bem como as políticas e procedimentos internos.

O Código de Ética e Conduta tem por objetivo oferecer uma compreensão clara sobre as condutas que orientam os negócios e relacionamentos da Companhia, e que devem estar presentes no exercício diário das atividades de todos. Além disso, também prevê sanções aplicáveis na hipótese de violação do mesmo.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

A Comissão de Ética é o órgão responsável por estimular o comprometimento de empregados com o presente Código e por zelar por sua constante pertinência, atualização e adequação, bem como por orientar e sugerir ações necessárias para divulgação, disseminação de seus preceitos e treinamento para todos os níveis da Companhia.

A Companhia adota controles e mecanismos para detectar falhas de controle e obter informações sobre os casos de quebra de conduta, especialmente por meio do canal de denúncias, denominado Canal de Ética.

Seguindo as melhores práticas de integridade empresarial e para fortalecimento da Gestão Ética, a CEDAE conta com o apoio da Contato Seguro, empresa referência no setor, contratada para a operação do Canal de Ética, garantindo a credibilidade, independência e imparcialidade da ferramenta.

O Canal de Denúncias externo entrou em vigor em novembro de 2018.

5. Fatores de Risco

A CEDAE possui uma matriz de riscos estratégicos onde estão reunidos os principais riscos alinhados ao Planejamento Estratégico, com os fatores relacionados a cada risco, probabilidade e impacto. A Companhia vem adotando medidas de forma a cobrir vários processos de avaliação de riscos para que os mesmos sejam analisados de forma mais eficaz.

Nossas atividades nos expõem a diversos fatores de riscos.

ao emissor

- 1 Os contratos de concessão estão sujeitos à rescisão antecipada e a indenização pela rescisão contratual pode não ser suficiente para recuperarmos nossos investimentos.
- 2 A Companhia não possui seguros que cubram a totalidade dos riscos inerentes a nossos negócios, inclusive ambientais. A ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente o desempenho financeiro.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

- 3 Os índices de perda de água e outros índices operacionais demonstram a necessidade de investimento. Uma eventual insuficiência de investimentos e a incapacidade de reduzir os índices de perdas de água e melhorar os índices operacionais poderão causar um efeito relevante adverso em nas operações e condição financeira.
- 4 Parte significativa dos ativos da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos e não estará disponível para liquidação em caso de falência, nem poderá ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.
- 5 A Companhia pode enfrentar dificuldades em atingir as metas internas e dos órgãos de controle para o plano de pensão e assistência médica, o que pode causar impactos financeiros.
- 6 Sentença desfavorável proferida em processo judicial que envolva valor significativo que não tenha sido provisionado poderá causar efeito adverso.
- 7 Os projetos e obras estão expostos a possíveis falhas de planejamento, execução e controle que podem deixar a Companhia vulnerável a sanções por parte dos órgãos de controle.
- 8 Vulnerabilidade perante a justiça do trabalho devido à não adequação às normas de segurança e/ou treinamentos exigidos para realização das atividades nas unidades operacionais.
- 9 Vulnerabilidade nas atividades de segurança da informação que podem resultar na exposição da empresa perante seus Stakeholders.
- 10 A Companhia, em função de seu objeto social, impõe-se significativos investimentos. Para a realização dos mesmos é importante ter acesso a financiamentos e capacidade de geração de caixa. Quaisquer restrições, relacionadas à alavancagem e liquidez, poderão limitar os investimentos e crescimento da CEDAE.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

- 1 O Estado do Rio de Janeiro, na sua condição de acionista controlador, pode ter interesses distintos ao da Companhia e de seus demais acionistas.

a seus fornecedores

- 1 As operações estão expostas a eventuais falhas ou interrupções no fornecimento de energia elétrica que poderão afetar diretamente as atividades da Companhia.

a seus clientes

- 1 A Companhia pode enfrentar dificuldades na arrecadação de montantes significativos de contas vencidas e não pagas, por uso de fontes alternativas ou por redução do consumo por parte dos clientes, o que pode afetar adversamente as receitas.
- 2 Exposição da Companhia perante os clientes por eventuais falhas nos procedimentos comerciais.

aos setores da economia nos quais o emissor atue

- 1 Os municípios com os quais existem contratos de concessão firmados, poderão optar por não renová-los ou impor condições onerosas para as suas renovações, o que poderá afetar adversamente as operações, condição financeira e resultado operacional.

à regulação dos setores em que o emissor atue

- 1 O não cumprimento ou alterações adversas das exigências legais e regulatórias às quais a Companhia está sujeita, podem gerar impactos operacionais e financeiros.

a questões socioambientais



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

- 1 A atividade da Companhia está sujeita à regulamentação de natureza ambiental e de proteção à saúde que estão se tornando cada vez mais rigorosas, o que pode resultar no aumento dos custos, despesas e passivo.
- 2 Dificuldade de obtenção de algumas licenças e/ou autorizações para as instalações e unidades, o que pode afetar adversa a Companhia.
- 3 Eventuais fatores climáticos e socioambientais podem gerar impactos operacionais e financeiros à Companhia.

A descrição detalhada acerca dos fatores de riscos pode ser obtida no Formulário de Referência da CEDAE elaborado nos termos da legislação vigente, e disponível, em: http://www.cedae.com.br/ri_informacoes.

6. Desempenho Operacional

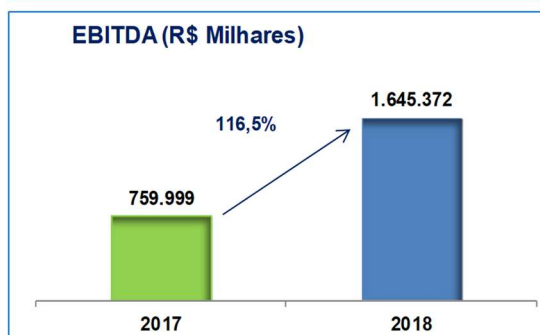
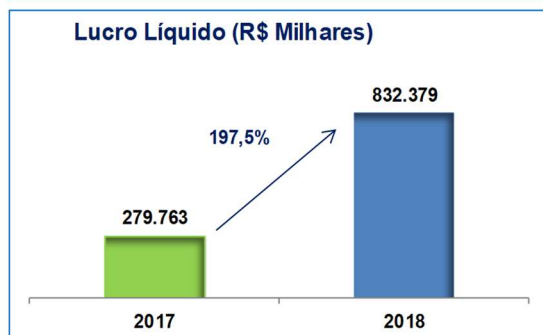
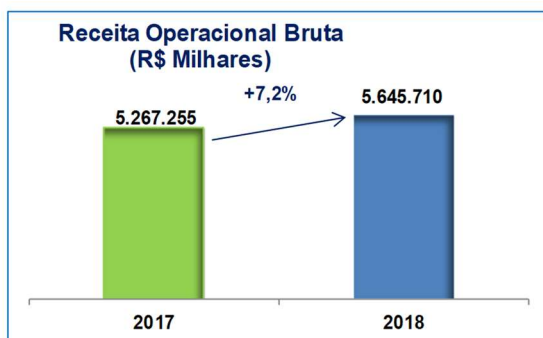
Informações Operacionais	2018	2017	Var. %
<i>Índice de Atendimento de Água (%)</i>	87,05	88,13	-1,23
<i>Índice de Atendimento de Esgoto (%)</i>	36,82	37,34	-1,39
<i>População Atendida com Abastecimento de Água (Em Milhões de Hab.)</i>	12,27	12,10	1,40
<i>População Atendida com Coleta de Esgoto (Em Milhões de Hab.)</i>	3,85	3,83	0,52
<i>Ligações de Água (Em Milhares)</i>	1.982,02	1.947,70	1,76
<i>Ligações de Esgoto (Em Milhares)</i>	472,93	471,10	0,39
<i>% de Hidrometração (%)</i>	68,35	68,48	-0,18
<i>Volume Faturado de Água (Em Milhões de m³)</i>	731,81	722,59	1,27
<i>Volume Faturado de Esgoto (Em Milhões de m³)</i>	325,62	317,5	2,56



7. Desempenho Financeiro

	2018	2017	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.645.710	5.267.255	7,2%
Receita Operacional Líquida	5.433.386	4.767.410	14,0%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	1.390.013	483.505	187,5%
Resultado Financeiro Líquido	72.165	24.403	195,7%
EBITDA	1.645.372	759.999	116,5%
Lucro Líquido	832.379	279.763	197,5%

Descrição – R\$ Milhares



Indicadores Financeiros	2018	2017	Var. %
Ativo Total	14.617.619	13.629.096	7,3%
Caixa/ Aplicações Financeiras/ Equivalentes	533.121	191.160	178,9%
Patrimônio Líquido	7.822.945	5.959.943	31,3%
Dívida Financeira Líquida (Nota explicativa 5.2)	169.926	589.117	-71,2%
Dívida Líquida / EBITDA	0,10	0,78	-86,7%

Descrição – R\$ Milhares

8. Políticas e Práticas de Governança Corporativas

A Governança Corporativa é o sistema que dirige e monitora as organizações envolvendo todas as partes interessadas. Os princípios básicos da governança são:



Equidade

Dá o tratamento justo dos sócios às demais partes interessadas (*stakeholders*).



Transparência

Disponibilização para as partes interessadas de todas as informações necessárias para suas decisões.



Prestação de Contas

Responsabilidade das ações corporativas e sua informação de forma clara, concisa e em tempo hábil.



Responsabilidade Corporativa

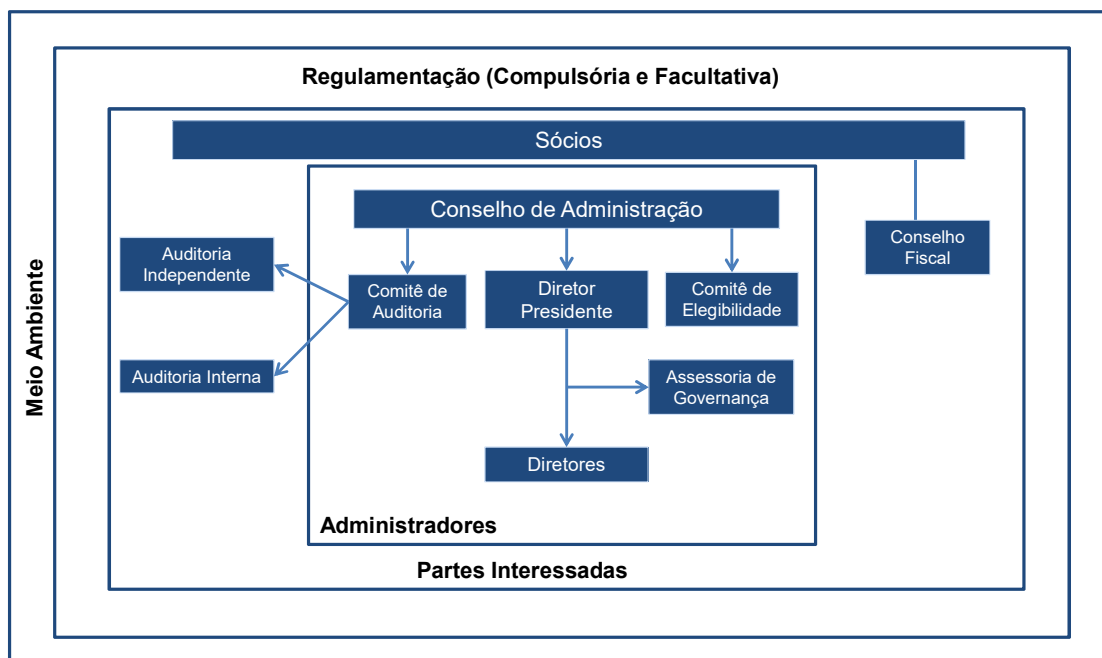
Requerida aos agentes de governança na condução das atividades da companhia visando reduzir riscos e melhorar os aspectos positivos.

A CEDAE sempre de forma alinhada com a sua missão de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população Fluminense e do desenvolvimento socioeconômico, com rentabilidade, visando à satisfação da sociedade, dos clientes e dos acionistas, vem buscando o aperfeiçoamento das suas práticas de Governança Corporativa e para isso, envidando esforços para adequar suas atividades dentro dos padrões exigidos pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 que entre outras, aprimora os aspectos de governança das Sociedades de Economia Mista.

Utilizando-se das melhores práticas e referenciais de mercado, a CEDAE busca tornar-se uma empresa qualificada, transparente, ágil e moderna, capaz de fornecer subsídios às tomadas de decisões e atender com eficiência às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo.

8.1. Governança Corporativa da CEDAE

Estrutura de Governança Corporativa da CEDAE



Conselho de Administração

O Conselho de Administração da CEDAE é o órgão colegiado encarregado pelo processo de decisão em relação ao seu direcionamento estratégico. O Conselho é constituído por no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 2 (dois) anos que se reúne mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente sempre que necessário. Aos acionistas minoritários é assegurado o direito de eleger um membro do Conselho de Administração, além de um representante eleito pelos funcionários.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal representa um mecanismo de fiscalização independente dos administradores para reporte aos sócios. O Conselho Fiscal é estabelecido em uma base permanente desde a sua incorporação e atualmente é constituído por 4 (quatro) membros e 4 (quatro) suplentes que se reúne no mínimo uma vez ao mês.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria auxilia o Conselho de Administração realizando a interface com os auditores independentes, supervisionam os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores. O Comitê é constituído por 3 (três) profissionais independentes dos quais ao menos um é especialista em finanças e contabilidade.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações visando aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores. A Auditoria Interna não é terceirizada e tem seu programa anual de trabalho desenvolvido pelas solicitações da Auditoria Geral do Estado e as demandas internas a partir da avaliação de riscos.

Auditoria Externa

A Companhia é auditada por empresa de Auditoria Externa independente para a avaliação de suas Demonstrações Financeiras e de seu sistema de controle interno, assegurando assim, a integralidade, adequação e veracidade das informações publicadas.

Comitê de Elegibilidade

Em 2018 foi criado o Comitê de Elegibilidade, observando as disposições do Estatuto Social da CEDAE, da Lei nº 13.303 de 30/6/2016, do Decreto Estadual nº 46.188, de 06/12/2017, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 bem como as boas práticas de



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018

Governança Corporativa. O Comitê é composto de 3 (três) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

O Comitê de Elegibilidade tem por atribuição deliberar, em caráter opinativo, acerca das indicações de membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições. Além de verificar a conformidade do processo de avaliação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Presidência

A Presidência é a responsável pela implementação e aplicação das determinações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da Diretoria.

Diretorias

As Diretorias devem disseminar a cultura organizacional reforçando seus valores e princípios, políticas, práticas e procedimentos formais e estabelecer formas de monitoramento contínuo.

Em 2018, a Companhia era composta por 9 (nove) Diretorias, incluindo a Diretoria Presidência, sendo seus membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Em 2019 o colegiado é composto da seguinte forma:

- Diretor Presidente – DPR
- Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade - DPE
- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores – DFI
- Diretor Técnico e de Projetos - DTP
- Diretor de Saneamento e Grande Operação - DSG
- Diretor da Região do Interior – DRI
- Diretor da Região Metropolitana – DRM
- Diretor Jurídico e de Gente e Gestão - DJG



Assessoria de Governança Corporativa

A Assessoria de Governança Corporativa é responsável por administrar as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*. A área tem como objetivo assegurar que toda a organização esteja em conformidade com os seus princípios e valores, refletidos em políticas, procedimentos e normas internas e com as leis e os dispositivos regulatórios aos quais está submetida.

8.2. Avaliação da Administração

O Conselho de Administração da CEDAE, com a condução do presidente do Conselho, subscreveu as avaliações de desempenho dos Administradores (Conselheiros e Diretores), Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, referente ao exercício 2018.

O Comitê de Elegibilidade Estatutário, cujos membros foram devidamente nomeados pelo Conselho de Administração, conforme Ata da 656ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22/06/2018, de acordo com o art. 19, II, do Decreto Estadual nº 46.188/2017 e art. 50 do Estatuto Social da CEDAE, forneceu apoio metodológico e procedimental da avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria, individual e coletivo, com periodicidade anual, observando os requisitos mínimos exigidos no dispositivo legal citado.

8.3. Política de Remuneração

O Estatuto Social da Cedae prevê que a remuneração e demais benefícios dos membros dos órgãos de administração sejam fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), observadas as prescrições legais. A CEDAE não possui política de remuneração variável para os administradores.

Mais informações podem ser obtidas no Formulário de Referência da CEDAE, elaborado anualmente, nos termos da legislação vigente, e disponível, em: http://www.cedae.com.br/ri_informacoes.